



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
Luís de Camões

DEPARTAMENTO DE DIREITO

MESTRADO CIENTÍFICO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

***“NE BIS IN IDEM
E
O ORDENAMENTO JURÍDICO-CRIMINAL
CHINÊS E PORTUGUÊS,
NA ACTUALIDADE”.***

Grau Pretendido e Área de Conhecimento
Mestre em Ciências Jurídico-Criminais

Orientadora
Mestre Ana Paula Lourenço

Candidata
Filipa Maria de Almeida Pais

Maio 2012

*Aos meus pais,
Por tudo aquilo que fui, sou e serei.*

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui o meu agradecimento a todos os que, de uma ou outra forma, tornaram possível a presente investigação quer pelos desafios intelectuais e pessoais que colocaram, pelas questões que suscitaram quer pelo incentivo e pelo acesso a fontes e cujos nomes não caberiam em uma só página. Há contudo nomes que não podem ser omitidos. O meu agradecimento muito especial à Dr.^a Ana Paula Lourenço pela real, presente e verdadeira orientação. Pelos conselhos, advertências e sugestões. Pelo rigor, diligência, honestidade e magnanimidade inspiradora com que sempre orientou, não só de agora, mas desde sempre. Ao Dr. Lu Yanbin, à Dr.^a Wang Suoying e à Dr.^a Ana Cristina Alves do Centro Cultural e Científico de Macau pelas centelhas inspiradoras que emanam das lições de língua e cultura chinesa. À Dr.^a Cheng Cuicui, do Centro Cultural e Científico de Macau e da Universidade Nova de Lisboa pelo zelo, amizade e pelo carácter expedito e generosidade com que sempre encurta as distâncias culturais, linguísticas e geográficas. Ao Dr. Luís Alves de Fraga pelas advertências e ensinamentos. Ao Dr. Manuel Guedes Valente pelos desafios que acirraram a curiosidade e o intelecto. À Dr.^a Teresa Lourenço da Biblioteca da PGR, Gabinete de Direito Comparado, pela eterna paciência e profunda amizade. À D.^a Cecília Dias, do departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, pela diligência, profissionalismo, cuidado e generosidade. À D.^a Otília Margalho da Sala do Catálogo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra pela bondade e espírito expedito. À Irmã Glória e Irmã Delfina Insignes Colegiadas da A.S.M. pela caridade de suas meditações e inspirações. Ao Bruno pelo profundo altruísmo e inesgotável compreensão e paciência, pelo sorriso e pelos silêncios.

A todos o meu respeitoso agradecimento.

*“O fruto da justiça será a paz,
E o produto da justiça será
Repouso e segurança para sempre.”*

Isaías 32,17
(Bíblia Sagrada)¹

*

*“Nas coisas do mundo,
o homem de bem não tem
uma atitude rígida de
recusa ou de aceitação.
o Justo é a sua regra.”*

Confúcio Livro IV, §10
(Conversações de Confúcio)²

A presente dissertação não utiliza o novo acordo ortográfico.

¹ ISAÍAS, Profeta – Primeira parte do livro de Isaías. In *A Bíblia de Jerusalém*. Coord. De Honório Dalbosco e José Bortolini. São Paulo (Brasil): Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1995. ISBN 85-349-0468-5. Capítulo 32, Versículo 17, p. 1410.

² CHENG, Anne – Livro IV sobre o ren. In *Conversações de Confúcio*. Trad. De M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 2011. ISBN 978-972-33-2659-8. §10, p. 53.

RESUMO ANALÍTICO

Os ordenamentos jurídico-constitucionais, penais e processuais penais Chinês e Português acolhem o princípio *ne bis in idem* de forma significativamente diferente.

O périplo pelas origens deste princípio e pelos seus subsídios históricos, culturais, políticos e jurídicos presentes nos ordenamentos português e chinês, visa a análise das características que permitam explicar o diferente entendimento do princípio *ne bis in idem* nestes dois países. A análise da Lei da Nacionalidade, a par do estudo da aplicabilidade prática deste princípio nos ordenamentos jurídicos português e chinês, permite ilustrar quais as soluções adoptadas em cada ordenamento, ressaltando a especial condição da Região Administrativa Especial de Macau.

A referência a diversos diplomas legais que consagram o *ne bis in idem* nos dois países, possibilitam averiguar da existência de uma protecção efectiva dos Direitos e Liberdades Fundamentais a nível interno e internacional.

A investigação sobre a Cooperação Internacional de âmbito Judicial e Judiciário entre Portugal e a China desenvolve-se entre dois eixos: 1) a análise de possíveis conflitos jurídico-legais e jurisdicionais entre Portugal e a China; 2) a busca de propostas de resolução alicerçadas na aplicação das disposições previstas nos diversos Tratados e Acordos celebrados entre Portugal e a China, nomeadamente em sede de Transferência de Pessoas Condenadas, Extradicação, Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal e Entrega de Infractores em Fuga.

Por fim, concluímos que o diferente entendimento do princípio *ne bis in idem* nestes dois países, mormente no âmbito das relações de cooperação Portugal-China, não implica necessariamente um afastamento; ao invés, as relações de cooperação entre os dois sistemas jurídicos, jurídico-penais e processuais penais podem eventualmente resultar numa maior abertura do sistema jurídico chinês à questão dos Direitos, Liberdades e Garantias.

Destarte, as relações de cooperação Portugal-China podem contribuir, em última análise, para a melhoria geral do sistema jurídico da China, particularmente na temática relativa aos direitos humanos, bem como para uma maior harmonização das relações de cooperação internacional entre os dois países nos mais diversos sectores de actividade.

Palavras-Chave

PROCESSO - PENAL - PORTUGAL – CHINA

ANALYTICAL SUMMARY

The constitutional, criminal and criminal procedural Portuguese and Chinese legal system receive the *ne bis in idem* principle in a rather significantly different way.

The *periplus* throughout the origins of this principle and its historical, cultural, political and legal subsidies in Portuguese and Chinese systems aims the analysis of the characteristics that may explain the different understanding of the *ne bis in idem principle* in these two countries. The analysis of Nationality Law, alongside with the study of *ne bis in idem principle* practical applicability in Chinese and Portuguese legal systems, allows us to illustrate the solutions adopted in each system, exempting the special case of Macau S. A. R..

The reference to several legal documents that enshrine the *ne bis in idem principle* in these two countries, make it possible to ascertain the existence of effective protection of fundamental rights and freedoms, both domestically and internationally.

Research on international juridical and judicial cooperation between Portugal and China Legal is developed between two axes: 1) the analysis of possible juridical and judicial conflicts between Portuguese and Chinese legal systems; 2) the search for resolution proposals grounded on the application of the provisions prescribed in several treaties and agreements concluded between Portugal and China, particularly the ones related to the transfer of sentenced persons, extradition, mutual assistance in criminal matters and delivery of escapee offenders.

Finally, we found that the different understanding of *ne bis in idem principle* in these two countries, particularly within the Portugal-China cooperation relations, does not necessarily put them apart; instead, criminal, criminal procedural and legal cooperation relations between the two legal systems may actually flow into a wider opening of the Chinese legal system towards Rights, Freedoms and Guarantees issues. Thus, Portugal-China legal cooperation relations may ultimately contribute to the overall improvement of China's legal system, particularly concerning the human rights matter, as well as to a major harmonization of international cooperation relations between the two countries in different sectors of activity.

Keywords

CRIMINAL PROCEEDINGS-PORTUGAL-CHINA

分析摘要

中国和葡萄牙的宪法和法律在刑事诉讼过程中对于“一罪不二审”原则的规定有显著不同。

由于两国历史，文化，政治和法律渊源的差异，使基本的执行原则被归到了两种法律体系框架下，这就为双方对“一罪不二审”的原则的理解和认识上的不同提供了根据。在国籍法的分析上，在中葡两国的宪法和法律范围内，针对澳门特别行政区的特殊性，允许采用修正方案。

参考相关法律，奉行“一罪不二审”的原则有效保护性，在国内和国际领域保护人权和自由。

葡中两国在司法和法律环境中的国际合作通过一下两方面来进行调查研究：1) 分析葡中两国司法领域可能存在的法律冲突；2) 提出关于中葡两国缔结的解决各种冲突的各项条约，特别是对待审判人士的移交，引渡，刑事事项的互助，对罪犯的交付执行等事宜的建议。

最后，总结中葡两国，尤其在中葡国际合作关系下，对于“一罪不二审”原则的不同理解，在中葡两国，尤其是在葡萄牙和中国的合作关系，有不同的理解，但并不意味着两国在此问题上有所背离；相反，两国在法律制度，刑法和刑事诉讼法方面的合作关系，最终可能会建立一个在法律，自由，和保障权益上更加开放的中国的法律制度。

因此，葡萄牙两国合作关系最终可能会促使中国的法律制度朝着更加开发的方向发展，最终将有助于中国法律制度的全面提高，尤其是在人权主题以及两国更多部门活动的合作与协调方面。

关键词

刑事诉讼程序-葡萄牙-中国